



Relatório Técnico Conclusivo:  
Gestão de Riscos do Programa  
Tutoria de Pares do  
IFPE - *Campus Recife*



## Editorial

---

**Autoria:** Emerson da Costa Melo e Bernardina Santos Araújo de Sousa

**Projeto Gráfico:** Emerson da Costa Melo

**Arte Final:** Emerson da Costa Melo

**Orientação:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bernardina Santos Araújo de Sousa

## Descrição Técnica

---

**Dissertação intitulada:** a Tutoria de Pares na Educação Profissional e Tecnológica: a mediação do estudante tutor no desenvolvimento do estudante tutorado com Transtorno do Espectro Autista;

**Área do Conhecimento:** Ensino;

**Público Alvo:** Instâncias decisórias e de gestão do IFPE e outras instituições de ensino;

**Categoria:** Relatório Técnico Conclusivo;

**Registro do Produto/ano:** Biblioteca Carolina Maria de Jesus, IFPE - *Campus* Olinda, 2025;

**Avaliação do Produto:** três servidores do IFPE: dois ligados à gestão do Napne do *Campus* Recife e um integrante da Auditoria Interna do IFPE;

**Disponibilidade:** Irrestrita, preservando-se os direitos autorais, bem como a proibição do uso comercial do produto;

**Divulgação:** Meio digital;

**Instituição envolvida:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE);

**URL:** <https://educapes.capes.gov.br/> e <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/>;

**Idioma:** Português;

**Cidade:** Olinda/PE;

**País:** Brasil

M528r Melo, Emerson da Costa.

Relatório técnico conclusivo: gestão de riscos do programa Tutoria de Pares do IFPE - Campus Recife. / Emerson da Costa Melo; Bernardina Santos Araújo de Sousa. – Olinda, PE: Os autores, 2025.  
33 f.: il., color. ; 30 cm.

Produto Educacional: Relatório técnico. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2025.

Inclui Referências.

1. Educação de pessoas com necessidades especiais. 2. Educação - Inclusão. 3. Acessibilidade educacional. 4. Transtorno do Espectro Autista (TEA). 5. Políticas públicas na educação. 6. Programa Tutoria de Pares. 7. Ensino - aprendizagem. I. Sousa, Bernardina Santos Araújo de (Orientadora). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

371.9


CDD (22 Ed.)



## RESUMO

Este Produto Educacional, classificado como uma Produção Técnico-Científica Aplicada no contexto educacional, de acordo com a classificação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), denomina-se Relatório Técnico Conclusivo, encontra-se vinculado à pesquisa de mestrado (ProfEPT - IFPE), aborda os riscos associados ao Programa Tutoria de Pares, a partir de elementos posicionados na pesquisa realizada, dispostos no Regulamento do Programa Tutoria de Pares, na Política de Gestão de Riscos do IFPE, no Plano de Gestão de Riscos do IFPE, o Manual de Gestão de Riscos do TCU e em estudos correlatos. Inicialmente, destacou-se a importância do Programa Tutoria de Pares no *Campus* Recife, especialmente, no apoio à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo do relatório foi apresentar soluções, melhorias e diretrizes identificadas com os achados da pesquisa de campo. O programa mostrou-se fundamental para promover a mediação e a interação social, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes. Foram observados avanços na autonomia, socialização e desempenho acadêmico dos tutorados, além do desenvolvimento de habilidades como empatia e cooperação nos tutores. No entanto, verificou-se que o programa enfrentou desafios. Com base nisso, avançou-se para a gestão de riscos, seguindo as etapas de entendimento do contexto, identificação e análise de riscos. Foram mapeados diversos fatores que poderiam impactar o sucesso do programa, indicando possíveis causas, consequências e potenciais controles. A partir dessa análise, quatro aspectos destacaram-se como prioritários e que merecem maior atenção, como o planejamento das atividades de tutoria, o engajamento do corpo docente e das coordenações de curso, as ações de monitoramento do programa no *campus* e a questão dos recursos orçamentários para execução e eventual expansão do programa. Ao final, foram emitidas recomendações de caráter sugestivo direcionadas à Presidência da Comissão Local de Tutoria de Pares do *Campus* Recife, com o objetivo de fortalecer a gestão do programa.

Palavras-Chave: Tutoria de Pares do IFPE. TEA. Inclusão. Gestão de Riscos. Educação Profissional.



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2 PROGRAMA TUTORIA DE PARES DO IFPE</b>	<b>7</b>
<b>3 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA</b>	<b>9</b>
3.1 RELAÇÃO TUTOR E TUTORADO	9
3.2 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES	10
3.3 ESTRATÉGIAS E MEDIAÇÕES	10
3.4 DESENVOLVIMENTO DOS TUTORADOS	11
3.5 DESENVOLVIMENTO DOS TUTORES	11
3.6 IMPACTO NA PERMANÊNCIA E ÊXITO	11
3.7 APOIO INSTITUCIONAL: ENGAJAMENTO DO NAPNE, DO CORPO DOCENTE E DAS COORDENAÇÕES DE CURSO	12
3.8 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	13
3.9 ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA	13
<b>4 GESTÃO DE RISCOS NO IFPE</b>	<b>14</b>
4.1 RISCOS ASSOCIADOS AO PROGRAMA TUTORIA DE PARES	16
4.1.1 ENTENDIMENTO DO CONTEXTO	16
4.1.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE RISCOS	20
<b>5 RECOMENDAÇÕES</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>32</b>

---

# 1. Introdução

Este Relatório Técnico Conclusivo é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), com foco no Programa Tutoria de Pares e no envolvimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Constitui-se, portanto, como um Produto Educacional, sendo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, cujo objetivo é responder a uma pergunta, solucionar um problema ou atender a uma necessidade concreta associada ao campo da prática profissional (Brasil, 2019a).

A investigação buscou compreender de que modo a inclusão de estudantes com deficiência, especificamente com TEA, é favorecida pelas ações da “Tutoria de Pares”, considerando as relações estabelecidas entre estudante tutor e estudante tutorado, sob a perspectiva da mediação semiótica. Partiu-se da premissa de que a Tutoria de Pares poderia ser uma ferramenta potencial para promover a inclusão educacional.

A pesquisa teve como marco teórico os estudos de Lev Vygotsky, que reconhece a importância da interação social e da mediação semiótica no desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes (Vygotsky, 2007). A partir dessa perspectiva, a Tutoria de Pares envolve a participação de estudantes com TEA, visando promover um ambiente de aprendizagem colaborativo e inclusivo, no qual a interação entre pares, mediada por instrumentos e signos culturais ou por estratégias e ações, tende a potencializar o desenvolvimento educacional e social dos estudantes com TEA (IFPE, 2022a).

O escopo da pesquisa foi delimitado ao contexto e aos sujeitos que participaram do Edital CREC/IFPE Nº 02, de 29 de março de 2023, correspondendo à primeira experiência do Programa Tutoria de Pares no *Campus* Recife. Os dados analisados incluem depoimentos e experiências de estudantes tutores, estudantes tutorados com TEA, de integrante da Comissão Local de Tutoria do *Campus* Recife e integrante do grupo de trabalho responsável pela elaboração do regulamento do programa. A coleta de dados ocorreu no período de setembro a outubro de 2024, permitindo uma análise detalhada e contextualizada das práticas e impactos da Tutoria de Pares.

Foram considerados na elaboração deste relatório, além dos elementos da pesquisa, o Regulamento do Programa da Tutoria de Pares (Instrução Normativa REI/IFPE nº 07, de 23 de agosto de 2022), a Política de Gestão de Riscos (aprovada pela Resolução Consup nº 57/2018) e o Plano de Gestão de Riscos (aprovado pela Resolução CGRC/IFPE nº 11, de 19 de dezembro de 2024). Destaca-se, em particular, a Política de Gestão de Riscos do IFPE que, nos termos do seu art. 4º, deve orientar a consecução de programas institucionais, de modo a assegurar a conformidade com as diretrizes estabelecidas (IFPE, 2018).

---

Paralelo a isso, foram observados o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece a educação como um direito fundamental, devendo ser assegurada por um sistema educacional inclusivo em todos os níveis (Brasil, 2015), e a missão institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), que assume o compromisso de promover uma educação profissional inclusiva, cidadã e comprometida com o desenvolvimento social (IFPE, 2022b). Verifica-se, portanto, que tais fundamentos reforçam a importância de iniciativas como o Programa Tutoria de Pares, que busca garantir a inclusão, permanência e êxito de estudantes com TEA, com outras deficiências e com necessidades específicas.

O objetivo deste Relatório Técnico é contribuir para a tomada de decisão, o aprimoramento e a consistência do Programa Tutoria de Pares, alinhando-se à missão e aos valores institucionais do IFPE. Para isso, o relatório inclui o levantamento dos riscos associados ao Programa Tutoria de Pares, com o propósito de identificar possíveis desafios que possam comprometer sua efetividade.

De modo geral, este Relatório apresenta informações gerais sobre o Programa Tutoria de Pares, reflexões fundamentadas nos achados da pesquisa e uma seção dedicada à gestão de riscos. Para a identificação dos riscos, foram utilizados os resultados obtidos com a pesquisa e o Regulamento do Programa Tutoria de Pares como insumos, adotando o Plano de Gestão de Riscos do IFPE como referência metodológica, enquanto a Política de Gestão de Riscos serviu como parâmetro para garantir a conformidade com as diretrizes institucionais.

Registra-se que, além das diretrizes do IFPE, a estrutura deste Relatório observou o disposto na Norma Brasileira (NBR) 10719:2015 (ABNT, 2015), que trata dos princípios gerais para a elaboração e a apresentação de relatório técnico e/ou científico; no documento “Orientação Prática: Relatório de Auditoria”, da Controladoria Geral da União (CGU) (Brasil, 2019b); e no “Relatório de Grupo de Trabalho”, produzido pelo Grupo de Trabalho de Produção Técnica da Capes, criado pela Portaria Capes nº 171/2018 (Brasil, 2019c).

Por fim, este Relatório representa um esforço para alinhar teoria e prática. Espera-se que ele subsidie a melhoria contínua do Programa Tutoria de Pares, bem como fortaleça as políticas institucionais de inclusão, garantindo que os estudantes com TEA e os demais estudantes tenham suas necessidades atendidas de forma integral. Para que isso ocorra, é essencial que este relatório seja constantemente revisitado e atualizado, com o apoio da alta gestão do IFPE, de modo a orientar e fortalecer as unidades operacionais na implementação das ações propostas.

---

## 2. Programa Tutoria de Pares do IFPE

As informações apresentadas nesta seção são baseadas no Regulamento do Programa Tutoria de Pares (IN REIFPE/IFPE nº 7, de 23 de agosto de 2022), nos dados coletados durante a pesquisa realizada e no edital de seleção do programa (Edital CREC/IFPE Nº 02, de 29 de março de 2023). Não se pretende esgotar todas as informações ou detalhes específicos sobre o programa, mas trazer noções gerais que permitam uma compreensão ampla de seus principais aspectos e funcionamento.

A Tutoria de Pares é uma atividade acadêmica, compreendida como um programa da Política de Assistência Estudantil do IFPE (IFPE, 2022c), em que estudantes se auxiliam de forma recíproca no processo de aprendizagem, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades educacionais, sociais e interpessoais. O programa visa fortalecer a inclusão, a permanência e o êxito de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Entre seus objetivos, destacam-se: estimular a autonomia dos estudantes com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento; fomentar a participação dos estudantes na prática da inclusão; prestar atendimento personalizado aos estudantes tutorados durante o percurso acadêmico; colaborar para um melhor desempenho acadêmico e viabilidade dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes tutorados; estimular a partilha de saberes, a solidariedade e a cooperação; contribuir para a construção e difusão de conhecimentos; favorecer a cooperação acadêmica; e o fortalecimento das relações interpessoais por meio da aprendizagem entre pares (IFPE, 2022a).

No programa, os tutores são estudantes que auxiliam os tutorados nos componentes curriculares teóricos ou práticos, enquanto os tutorados são estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. As Comissões Locais de Tutoria são responsáveis pelo planejamento, execução e acompanhamento do programa no *campus*, enquanto a Comissão de Tutoria Sistêmica atua no planejamento, execução e acompanhamento do programa no âmbito do IFPE. O Napne, por exemplo, avalia as demandas dos estudantes e coordena as ações de inclusão. Além disso, o programa conta com o apoio do corpo docente e coordenadores de curso, que são responsáveis pelo acompanhamento e colaboração no processo de tutoria, dando suporte às duplas de tutores e tutorados (IFPE, 2022a).

Para participar do Programa Tutoria de Pares, os tutores devem estar regularmente matriculados em um curso do IFPE, ter frequência assídua, não possuir reprovações não recuperadas e passar por uma formação específica promovida pelo Napne. A participação no programa ocorre por meio de edital de seleção, divulgado nos canais oficiais do IFPE, como site institucional e redes sociais.

---

O edital contém todas as informações necessárias sobre o processo seletivo, incluindo prazos de inscrição, documentação exigida e critérios de seleção (IFPE, 2022a, 2023). Por sua vez, os tutorados são identificados e indicados pelo Napne, em conjunto com a equipe multiprofissional do *campus*. A adesão ao programa é voluntária, e os estudantes são convidados a conhecer o programa antes de decidir sobre sua participação. Em casos em que o estudante recusa a participação, mas o Napne entende que o apoio seja benéfico, uma nova conversa é proposta, inclusive com a participação dos responsáveis.

O processo seletivo para tutores consiste em duas etapas, que, diferentemente de outros programas, “não segue uma linha meritocrática”, a saber: a análise documental, que avalia o histórico escolar e o coeficiente de rendimento dos candidatos, e a entrevista, que verifica habilidades interpessoais, motivação e perfil para a tutoria. Após a seleção, os tutores passam por uma formação específica promovida pelo Napne, que inclui conhecimentos sobre deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e práticas de inclusão.

A carga horária semanal para as atividades de tutoria é de 10 horas, as quais não podem coincidir com o horário das aulas para que não prejudique a assiduidade ou o rendimento escolar dos estudantes (IFPE, 2022a, 2023).

Os tutores podem receber bolsas, cujo valor é equivalente ao do Programa de Monitoria do IFPE. A concessão de bolsas depende da disponibilidade de recursos orçamentários e do cumprimento dos critérios estabelecidos no Decreto nº 7.234/2010. Além disso, o Programa de Tutoria de Pares é regulamentado pela Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 7, de 23 de agosto de 2022 (IFPE, 2022a).

Verifica-se, dessa forma, que o referido Programa busca alcançar objetivos e resultados como a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes. Para isso, conta com uma série de processos ou atividades relevantes, com destaque para o acompanhamento dos tutores e tutorados, a formação dos tutores, bem como a concessão de bolsas. Além disso, nota-se que o programa conta com a presença de vários agentes, incluindo tutores, tutorados, docentes, coordenadores de curso, comissões de tutoria e o Napne, o que implica uma diversidade de papéis e responsabilidades e reforça a importância de uma estrutura colaborativa e integrada para o pleno funcionamento e sucesso do programa.

---

## 3. Contribuições da Pesquisa

Este item apresenta os achados da pesquisa, ou seja, os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados. Destaca-se que eles são relevantes para o processo de identificação dos riscos associados ao Programa Tutoria de Pares, bem como para fundamentar as conclusões deste relatório.

As informações destacadas refletem aspectos críticos e percepções que contribuem para uma compreensão mais aprofundada dos desafios, oportunidades e pontos de atenção relacionados ao programa. A seguir, os resultados são detalhados em tópicos menores, destacando cada um dos pontos.

### 3.1 Relação Tutor e Tutorado

A formação de laços de amizade e confiança entre tutores e tutorados foi um aspecto apontado. Nesse caso, tais vínculos facilitaram a mediação, permitindo que os tutorados se sentissem mais à vontade para expressar dúvidas e dificuldades, enquanto os tutores atuavam de forma mais assertiva. No entanto, foram relatados desafios no início da relação, especialmente no que diz respeito à compreensão do papel de cada um. Em um dos casos, o tutorado esperava que o tutor realizasse tarefas por eles, o que exigiu um trabalho adicional para esclarecer as expectativas e responsabilidades. Além disso, foram relatadas inseguranças iniciais, principalmente durante o primeiro contato com os tutorados, destacando a importância de um apoio mais próximo nessa fase inicial.

A compatibilidade entre tutor e tutorado foi apontada como um fator crítico para o sucesso da relação. A falta de "química" pode prejudicar a eficácia da tutoria, exigindo ajustes ou até mesmo a realocação de duplas. Cabe destacar que, no contexto específico desta pesquisa, não foram identificados relatos que apontassem para a ocorrência de dependência entre os tutorados e seus tutores. No entanto, estudos correlatos indicam que os tutorados podem desenvolver certa dependência em relação aos tutores, o que reforça a importância de implementar estratégias que visem reduzir gradualmente a presença do tutor, permitindo que os tutorados avancem em direção à autonomia.

---

## 3.2 Planejamento das Atividades

Com base no Regulamento do Programa Tutoria de Pares e nos relatos dos participantes, o planejamento das atividades de tutoria é fundamental e deve levar em conta as características individuais de cada tutorado. O processo é realizado de forma colaborativa, com a participação do Napne, dos professores orientadores e dos próprios tutorados, garantindo que as demandas de cada estudante sejam atendidas.

No entanto, verificou-se que o planejamento das atividades, em alguma medida, foi fragilizado devido à falta de disponibilidade de professores orientadores e à ausência de uma organização mais estruturada no início do programa. Como consequência, algumas duplas desenvolveram atividades de tutoria sem o planejamento necessário, o que colocou em risco o desenvolvimento adequado das ações.

Para superar esses desafios, é essencial que as estratégias sejam adaptadas às necessidades específicas de cada tutorado, considerando suas particularidades e estilos de aprendizagem. Vygotsky (2007), ao discutir a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), destaca a importância de identificar e trabalhar o potencial de aprendizagem de cada indivíduo, oferecendo suporte adequado para que ele avance em seu desenvolvimento. A aplicação dessa teoria reforça a necessidade de um planejamento cuidadoso e personalizado, que contemple as demandas específicas dos tutorados, minimizando os desafios.

## 3.3 Estratégias e Mediações

Foram utilizadas diversas estratégias de mediação, como flexibilização de atividades e na realização das provas, além do uso de recursos visuais e tecnológicos, adicionando-se explicações personalizadas, a partir das necessidades de cada estudante. Além disso, a flexibilização durante as apresentações, com o uso de exemplos práticos, filmes educativos, recursos visuais e jogos educativos são utilizados para facilitar a compreensão dos conteúdos.

Outras estratégias incluíram o fomento das ideias do tutorado, a utilização de linhas do tempo para visualização de conceitos, a realização de pesquisas e exercícios e a elaboração de resumos e anotações com explicações simplificadas. A revisão de conteúdos, o uso de slides e leituras e o trabalho em grupo também foram mencionados como práticas adotadas, indo ao encontro do que defende a teoria de Vygotsky sob a ótica da mediação no processo de aprendizagem.

---

## 3.4 Desenvolvimento dos Tutorados

O programa demonstrou que contribuiu para a promoção da autonomia dos tutorados, considerando aqueles com TEA. Os tutores atuaram como mediadores, utilizando estratégias personalizadas para ajudar os estudantes a internalizar conhecimentos e habilidades, alinhando-se à teoria de Vygotsky sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Relatos evidenciaram avanços significativos na socialização e no desempenho acadêmico dos tutorados, com casos de estudantes que superaram dificuldades de interação e melhoraram suas notas.

## 3.5 Desenvolvimento dos Tutores

A experiência na Tutoria de Pares também trouxe benefícios para os tutores, promovendo o desenvolvimento de habilidades como empatia, solidariedade e cooperação. Os relatos indicaram uma maior compreensão sobre a diversidade e a inclusão, além de ganhos pessoais e profissionais.

## 3.6 Impacto na Permanência e Êxito

Verificou-se que o programa contribuiu para a permanência e motivação dos estudantes, especialmente, aqueles com necessidades específicas. O Programa se demonstrou capaz de favorecer melhores condições para a identificação dos problemas enfrentados pelos tutorados, tais como sua dificuldade de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, de solucionar particularidades e de acompanhar a evolução, uma vez que o Programa proporciona acompanhamento aprofundado daquela necessidade específica para proporcionar intervenção pedagógica direcionada.

A presença de um tutor indica ser um fator determinante para a continuidade dos tutorados. Dessa forma, o programa se alinha à missão do IFPE de promover uma educação inclusiva e de qualidade, garantindo não apenas o acesso, mas, também, a permanência e o êxito dos estudantes, além do desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes envolvidos (IFPE, 2022b).

De modo geral, os resultados obtidos são corroborados por estudos recentes, como o de Cavalcante (2022), Marins (2019), Melo (2021), Santos (2018) e Ramos (2019), os quais destacam a Tutoria de Pares como uma estratégia capaz de promover a inclusão de alunos com deficiência em instituições de ensino a partir de suportes específicos e personalizados para melhorar as condições reais de mudança na vida dos estudantes alcançados, contribuindo direta e indiretamente, para a permanência deles no ambiente educacional e o seu êxito acadêmico.

---

## 3.7 Apoio Institucional: engajamento do Napne, do corpo docente e das coordenações de curso

O ingresso no programa ocorre de forma consciente, tanto para tutores quanto para tutorados. Os tutores são selecionados por meio de um cuidadoso processo, que inclui análise de currículo e entrevistas, enquanto os tutorados são convidados a aderir ao programa de forma voluntária, com esclarecimentos sobre seus objetivos. A divulgação do programa é feita por meio de canais institucionais, como o site e redes sociais do IFPE. O Napne desempenhou um importante papel no processo de ingresso, acolhimento e acompanhamento dos participantes. Sua atuação incluiu sensibilização, formação e suporte às duplas de tutores e tutorados, contribuindo para a efetividade do programa. Além disso, as ações de formação e sensibilização promovidas pelo Napne estimularam a adesão de docentes e técnicos, fortalecendo a cultura de inclusão no *Campus Recife*.

O acolhimento dos participantes também é marcado pela atuação de uma equipe multidisciplinar, incluindo psicólogos, pedagogos e os professores orientadores, por exemplo. Observou-se que esses vínculos facilitam o processo de interação e mediação, bem como favorecem um ambiente de confiança e colaboração. Relatos destacaram o apoio recebido pelos tutores, especialmente em momentos de dificuldade, reforçando a importância de um constante acompanhamento.

No entanto, no início da implementação do programa, muitos docentes demonstraram dificuldade em compreender a essência da Tutoria de Pares, confundindo com uma monitoria tradicional voltada para estudantes com deficiência. Destaca-se que essa falta de clareza, em alguma medida, pode ter impactado negativamente o engajamento desses profissionais, especialmente nos primeiros momentos.

Nesse contexto, um dos principais desafios é a lacuna na formação dos docentes em educação inclusiva ou especial, o que pode resultar em falta de preparo para lidar com as necessidades específicas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), por exemplo.

A situação se mostra, ainda mais, complexa para docentes das áreas técnicas, como a Engenharia, que, muitas vezes, não possuem formação em licenciatura e, muito menos, em educação especial. Foi apontado que essas limitações dificultam a compreensão de estratégias pedagógicas inclusivas e a adaptação às demandas específicas dos estudantes, reforçando a necessidade de ações de sensibilização e capacitação contínua para garantir o engajamento efetivo de todos os profissionais.

---

Como consequência desses desafios, o planejamento das atividades foi, em certa medida, comprometido, e o Napne precisou assumir uma carga maior de responsabilidades, resultando em sobrecarga para a equipe. Além disso, a participação das coordenações de curso no programa foi praticamente inexistente, mesmo estando prevista no regulamento. A falta de engajamento desses agentes provavelmente dificultou a articulação entre docentes, tutores e tutorados, sobrecarregando outros membros do programa, em especial o Napne.

## 3.8 Recursos Orçamentários

A questão dos recursos orçamentários foi apontada como um dos principais desafios para a implementação do Programa Tutoria de Pares no IFPE. A limitação orçamentária pode restringir a expansão do programa e o número de duplas de tutoria que podem ser atendidas. Embora o Regulamento do Programa Tutoria de Pares preveja a indicação de fontes orçamentárias para o pagamento das bolsas dos tutores, a efetiva implementação do programa depende também de uma combinação de soluções criativas, do engajamento dos agentes envolvidos e, possivelmente, da garantia de um orçamento específico.

O desafio relacionado aos recursos reflete uma queixa recorrente, especialmente entre os docentes, que frequentemente destacam as dificuldades de promover a inclusão sem os materiais e suportes necessários. A questão orçamentária, portanto, não apenas pode restringir a estrutura do programa, mas também pode afetar diretamente a motivação e a capacidade de atuação dos profissionais, que se sentem despreparados ou desassistidos para lidar com as demandas da inclusão.

## 3.9 Acompanhamento do Programa

O Regulamento da Tutoria de Pares prevê ações de acompanhamento para garantir o bom funcionamento do programa. No entanto, verificou-se que as ações de monitoramento, como relatórios mensais e semestrais, não foram plenamente utilizadas para aprimorar o programa, evidenciando uma fragilidade na gestão e no acompanhamento contínuo. Além disso, a inexistência da Comissão de Tutoria Sistêmica pode comprometer o monitoramento e a padronização das ações do programa, dificultando a resolução de problemas e a implementação de melhorias contínuas.

## 4. Gestão de Riscos no IFPE

A gestão de riscos no IFPE é regida pela Política de Gestão de Riscos, aprovada pela Resolução Consup nº 57/2018, que estabelece diretrizes para identificar, avaliar e tratar riscos que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos da instituição. Tais diretrizes priorizam processos organizacionais que influenciam diretamente o cumprimento das metas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026 (IFPE, 2018).

Conforme o Art. 3º, o gerenciamento de riscos deve ser implementado em todas as unidades do IFPE, com prioridade para os processos que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos do PDI. A esse respeito, é importante destacar que o IFPE estabeleceu, em seu PDI, o seguinte Objetivo Estratégico (OE-ES 03): "Ampliar a cultura institucional de respeito às diferenças e de acolhimento, implementando medidas de inclusão e diversidade com vistas a uma equiparação de oportunidades na sociedade" (IFPE, 2022b, p. 68).

O Art. 4º da Política de Gestão de Riscos prevê que essa política e seus instrumentos complementares devem orientar a execução do planejamento estratégico, programas, projetos e processos de trabalho em todas as unidades organizacionais do IFPE.

O Art. 5º, por sua vez, define os conceitos fundamentais para a gestão de riscos, considerando que risco é um evento ou circunstância que tem potencial para comprometer, no todo ou em parte, a consecução dos objetivos ou dos resultados desejados. Quanto ao gerenciamento de riscos, é descrito como o processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, visando fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da instituição. Além disso, o controle interno da gestão é definido como o processo que engloba o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada e destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos serão alcançados.

Outro ponto relevante é que o Art. 5º, inciso XIX, define o Plano de Gestão de Riscos como o documento que detalha a metodologia de gestão de riscos, visando alcançar a estratégia institucional. A operacionalização dessa política é descrita no Plano de Gestão de Riscos, aprovado pela Resolução CGRC/IFPE nº 11, de 19 de dezembro de 2024.

---

Entre os objetivos da gestão de riscos no IFPE, destacam-se: assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis, tenham acesso tempestivo a informações suficientes sobre os riscos aos quais a instituição está exposta (Art. 7º, I); e agregar valor ao Instituto por meio da melhoria contínua dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização (Art. 7º, III).

A Política de Gestão de Riscos prevê a figura do gestor de riscos, definido como o agente formalmente designado e responsável pelas atividades de gestão de riscos no IFPE. Essa função é atribuída aos Titulares das Unidades Administrativas, ocupantes de Cargos de Direção (CD's) e de Funções Gratificadas (FG's), bem como aos ocupantes de Funções Comissionadas de Coordenações de Curso (FCC's). Além disso, inclui membros de quaisquer Comissões, Grupos de Trabalho ou instâncias congêneres que tenham sob sua responsabilidade o mapeamento e a definição das respostas aos riscos dos diversos processos, atividades e tarefas do IFPE.

Além disso, o Art. 10 reforça que as políticas, ações, sistemas e procedimentos do IFPE devem ser construídos e executados considerando os riscos associados, por meio de análises que visem mitigar ou reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos e minimizar suas consequências. Por sua vez, o Art. 13 estabelece que todos os ocupantes da estrutura organizacional do IFPE, em níveis estratégico, tático ou operacional, devem implementar o processo de gerenciamento de riscos nos processos organizacionais sob sua supervisão, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos.

Nesse contexto, a Tutoria de Pares, programa previsto na Política de Assistência Estudantil do IFPE, configura-se como um programa estratégico no âmbito da inclusão, permanência e êxito dos estudantes, especialmente aqueles com necessidades específicas. O programa está alinhado ao objetivo de promover uma cultura de respeito, acolhimento, solidariedade e cooperação, contribuindo para a redução de riscos relacionados à evasão e ao insucesso acadêmico. Portanto, compreende-se que a sua execução deve estar orientada pela Política de Gestão de Riscos e seus instrumentos complementares.

Além disso, para que o programa alcance seus objetivos, é recomendável sistematizar intervenções preventivas e corretivas, priorizando ações conforme o nível de risco, as possibilidades de atuação dos gestores e a necessidade de tomada de decisões assertivas. Nesse sentido, a gestão de riscos se configura como uma ferramenta útil para a gestão do Programa Tutoria de Pares, uma vez que oferece metodologias e processos estruturados para identificar, avaliar e tratar riscos, os quais foram aprovados pelas instâncias de governança do IFPE.

---

## 4.1 Riscos associados ao Programa Tutoria de Pares

A Política de Gestão de Riscos do IFPE prevê as seguintes etapas para a operacionalização da gestão de riscos: entendimento do contexto; identificação de riscos; análise de riscos; avaliação de riscos; e priorização de riscos (IFPE, 2018). No entanto, para os fins deste relatório, iremos nos limitar até a etapa da análise de riscos, justificando essa delimitação com base nos achados da pesquisa, no Regulamento do Programa Tutoria de Pares, no Edital CREC/IFPE N° 02, de 29 de março de 2023, em estudos correlatos, em documentos institucionais do IFPE e nas diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU).

Além disso, justifica-se pela natureza multidisciplinar da gestão de riscos, processo que deve ser preferencialmente conduzido de forma colaborativa, envolvendo pessoas que possuem conhecimento específico sobre o processo, programa, projeto ou atividade em questão (Brasil, 2020). Nessa perspectiva, acrescenta-se o art. 24 da Política de Gestão de Riscos do IFPE, que estabelece que a operacionalização da gestão de riscos deverá ser feita de forma transparente e participativa por todas as unidades organizacionais do IFPE, respeitando a integração com todos os principais processos organizacionais (IFPE, 2018).

Ao fornecer uma base para a identificação inicial dos riscos, é fundamental que as áreas responsáveis realizem eventuais aprimoramentos, atualizações e a definição de prioridades, de acordo com as necessidades e o contexto específico da gestão. Além disso, a gestão de riscos não deve ser encarada como uma ação pontual ou isolada da rotina de trabalho. Pelo contrário, precisa ser uma prática constante e incorporada aos processos decisórios, sempre que demonstre um equilíbrio positivo entre custo e benefício (Brasil, 2020).

### 4.1.1 Entendimento do Contexto

A Política de Gestão de Riscos do IFPE destaca que o entendimento do contexto é uma etapa fundamental para o gerenciamento de riscos, na qual são identificados os objetivos vinculados aos processos organizacionais da instituição, bem como os contextos externo e interno que podem influenciar o alcance desses objetivos (IFPE, 2018). Sobre esse assunto, o TCU afirma que essa etapa consiste em compreender o ambiente externo e interno no qual o objeto de gestão de riscos está inserido, identificando parâmetros e critérios que devem ser considerados ao longo do processo de gestão de riscos (Brasil, 2020).

Para a execução dessa etapa, foi consultado o Regulamento do Programa Tutoria de Pares do IFPE e o Edital CREC/IFPE N° 02, de 29 de março de 2023, além de observadas as instruções previstas no Plano de Gestão de Riscos do IFPE e as orientações do Manual de Gestão de Riscos do TCU. O resultado do entendimento do contexto foi consolidado no Quadro 1, a seguir:

## Quadro 1 - Entendimento do Contexto

<b>Objeto</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa Tutoria de Pares</li></ul>
<b>Objetivo Estratégico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PDI 2022-2026. Objetivo Estratégico (OE- ES 03): “ampliar a cultura institucional de respeito às diferenças e de acolhimento, implementando medidas de inclusão e diversidade com vistas a uma equiparação de oportunidades na sociedade”.</li></ul>
<b>Responsável</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Comissão Local de Tutoria do <i>Campus</i> Recife.</li></ul>
<b>Fundamento Legal</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Instrução Normativa REI/IFPE nº 07, de 23 de agosto de 2022;</li><li>• Política de Assistência Estudantil do IFPE (Resolução Consup nº 133/2022).</li></ul>
<b>Objetivos ou resultados a serem alcançados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ampliar as condições de equidade, permanência e êxito dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;</li><li>• Estimular a autonomia dos estudantes tutorados;</li><li>• Fomentar a participação dos tutores na prática da inclusão;</li><li>• Prestar atendimento personalizado aos estudantes tutorados;</li><li>• Promover o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades transversais;</li><li>• Contribuir para a construção e difusão de conhecimentos inclusivos;</li><li>• Fortalecer as relações interpessoais e a cooperação acadêmica.</li></ul>
<b>Processos de trabalho relevantes para o alcance dos objetivos ou resultados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Seleção de tutores;</li><li>• Seleção de tutorados;</li><li>• Formação dos tutores;</li><li>• Planejamento e execução das atividades de tutoria;</li><li>• Acompanhamento e avaliação dos tutores e tutorados;</li><li>• Acompanhamento do Programa Tutoria de Pares;</li><li>• Concessão de bolsas</li></ul>
<b>Pessoas envolvidas nesses processos e especialistas na área</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estudantes tutores;</li><li>• Estudantes tutorados;</li><li>• Napne;</li><li>• Comissão Local de Tutoria;</li><li>• Corpo docente;</li><li>• Coordenações de curso;</li><li>• Comissão de Tutoria Sistêmica;</li><li>• Setor financeiro.</li></ul>

<p><b>Principais fatores internos e externos que podem afetar o alcance dos objetivos ou resultados</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos humanos: disponibilidade; qualificação dos tutores, dos docentes, dos membros das comissões e da equipe multidisciplinar;</li> <li>• Recursos financeiros: disponibilidade de recursos para pagamento de bolsas e custeio das atividades ou para expansão do programa;</li> <li>• Valor da bolsa: atração e retenção de tutores;</li> <li>• Infraestrutura: acesso a tecnologias assistivas, materiais didáticos e espaços físicos adequados;</li> <li>• Processos organizacionais: eficiência na seleção, planejamento, execução e acompanhamento das atividades de tutoria;</li> <li>• Carga horária para as atividades de tutoria: suficiência ou insuficiência e qualidade do acompanhamento;</li> <li>• Monitoramento: acompanhamento contínuo do programa;</li> <li>• Legislação: conformidade com o Decreto nº 7.234/2010 e outras normas relacionadas à assistência estudantil e inclusão;</li> <li>• Partes interessadas: expectativas e necessidades dos estudantes, famílias, comunidade acadêmica, demais cidadãos, órgãos de controle e instâncias de governança;</li> <li>• Contexto socioeconômico: fatores como vulnerabilidade social dos estudantes, que podem impactar a permanência e o êxito no programa.</li> </ul>
<p><b>Objetos de gestão de risco importantes para o programa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seleção e formação de tutores: risco de selecionar tutores que não atendam aos critérios ou não estejam preparados para as atividades, bem como desinteresse de servidores para atuarem no processo seletivo;</li> <li>• Envolvimento do Napne e Comissão Local de Tutoria: risco de falta de engajamento ou participação insuficiente no programa;</li> <li>• Envolvimento do corpo docentes e coordenação de curso: risco de falta de interesse ou participação insuficiente dos docentes e coordenadores no programa, bem como a falta de formação específica;</li> <li>• Planejamento das atividades: risco de atividades mal planejadas ou da falta de planejamento; falta de envolvimento dos atores no planejamento;</li> <li>• Acompanhamento dos tutorados: risco de não identificar ou atender adequadamente às necessidades específicas dos estudantes tutorados;</li> <li>• Gestão de recursos financeiros: risco de insuficiência de recursos para pagamento de bolsas ou custeio das atividades;</li> <li>• Cumprimento de prazos e metas: risco de atrasos no planejamento, execução ou avaliação das atividades;</li> <li>• Monitoramento do programa: risco de falhas no monitoramento e avaliação das atividades do programa, comprometendo a identificação de problemas e a implementação de melhorias.</li> </ul>

**Definir os objetivos ou resultados de cada objeto**

- Seleção e formação de tutores: garantir que os tutores selecionados atendam aos critérios estabelecidos e estejam preparados para as atividades de tutoria, além de assegurar o engajamento dos servidores no processo seletivo;
- Envolvimento do Napne e Comissão Local de Tutoria: assegurar o engajamento ativo do Napne e da Comissão Local de Tutoria no planejamento, execução e monitoramento do programa;
- Envolvimento do corpo docente e coordenações de curso: garantir a participação ativa dos docentes e coordenadores no programa, promovendo a formação específica e o alinhamento com as diretrizes do programa;
- Planejamento das atividades: assegurar que as atividades sejam bem planejadas, alinhadas aos objetivos do programa e contem com a participação de todos os atores envolvidos;
- Acompanhamento dos tutorados: identificar e atender adequadamente às necessidades específicas dos estudantes tutorados, garantindo um acompanhamento adequado e personalizado;
- Gestão de recursos financeiros: garantir a disponibilidade de recursos para o pagamento de bolsas e custeio das atividades, conforme planejado;
- Cumprimento de prazos e metas: assegurar que todas as etapas do programa sejam executadas dentro dos prazos estabelecidos, garantindo o alcance das metas;
- Monitoramento do programa: garantir um monitoramento eficaz das atividades do programa, identificando problemas e implementando melhorias de forma ágil, bem como designar a Comissão de Tutoria Sistêmica.

Fonte: os autores.

O entendimento do contexto permitiu a identificação dos objetivos, processos de trabalho, agentes envolvidos e fatores internos e externos que influenciam o alcance dos resultados do programa. A consolidação dessas informações no Quadro 1 proporcionou uma visão preliminar dos riscos associados ao programa, bem como dos objetivos e resultados esperados.

Em seguida, passa-se para a etapa de identificação e análise de riscos, na qual serão mapeados os eventos potenciais que podem impactar negativamente o programa, bem como suas possíveis causas e consequências. O objetivo dessas etapas é contribuir com reflexões sobre ações de mitigação dos riscos para garantir o alcance dos objetivos.

## 4.1.2 Identificação e Análise de Riscos

A Política de Gestão de Riscos do IFPE define a identificação de riscos como a etapa em que são reconhecidos eventos ou situações potenciais que podem atrasar, prejudicar ou até mesmo impedir o alcance dos objetivos estabelecidos (IFPE, 2018). Por sua vez, a análise de riscos é a etapa subsequente, na qual são identificadas as possíveis causas e consequências desses riscos, permitindo uma compreensão mais aprofundada de seu impacto e da probabilidade de ocorrência.

Para a identificação dos riscos, além do entendimento do contexto, levou-se em consideração os elementos da pesquisa, o Regulamento do Programa Tutoria de Pares, o Edital CREC/IFPE Nº 02, de 29 de março de 2023 e estudos relacionados. Para a apresentação dos riscos, foram adotadas como referências as diretrizes do Plano de Gestão de Riscos do IFPE, bem como do Manual de Gestão de Riscos do TCU. O Quadro 2 consolida essas informações, conforme a seguir:

**Quadro 2 - Riscos associados ao Programa Tutoria de Pares**

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Falta de formalização do programa de tutoria de pares nas políticas institucionais</b>	A ausência do programa de tutoria de pares nas políticas institucionais	Ausência de diretrizes claras sobre a inclusão de novos programas nas políticas institucionais	Dificuldades na implementação do programa por impedimento normativo. Dificuldade em garantir recursos (humanos, financeiros, materiais).	Realizar reuniões com gestores e setores estratégicos para alinhar o programa às diretrizes institucionais. Documentar e formalizar o programa.	Criar um grupo de trabalho para planejar e implementar o programa de forma estruturada. Revisar as políticas institucionais para incluir o programa.
<b>Edital de seleção inadequado ou pouco claro</b>	O edital de seleção pode ser inadequado ou pouco claro, gerando confusão ou seleção de tutores não alinhados ao perfil	Falta de clareza nos critérios de seleção, ausência de consulta a especialistas, falta de revisão do edital ou critérios desalinhados com as necessidades do programa.	Seleção de tutores inadequados, dificuldade no desenvolvimento do programa	Criar um modelo padrão de edital	Revisar e ajustar o edital

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Divulgação limitada do edital de seleção</b>	O edital de seleção pode não ser amplamente divulgado, limitando o número de candidatos interessados.	Falta de estratégias de comunicação eficazes, canais de divulgação inadequados, falta de planejamento na divulgação.	Redução do número de candidatos, seleção limitada de tutores.	Criar um plano de divulgação, utilizando múltiplos canais de comunicação (site, redes sociais, e mails, cartazes, etc.) e articular com setores de comunicação institucional.	Ampliar a divulgação do edital, estender o prazo de inscrição, buscar articulações para aumentar o alcance da comunicação e reavaliar as estratégias de divulgação para futuros editais.
<b>Processo seletivo inadequado</b>	Seleção de tutores sem a participação de profissionais qualificados ou critérios claros	Falta de envolvimento de docentes, psicólogos, pedagogos ou especialistas em inclusão	Tutores selecionados podem não ter o perfil adequado para a função	Realizar o processo seletivo com a participação de profissionais especializados	Reavaliar os tutores selecionados e oferecer formação complementar, se necessário
<b>Seleção de tutores inadequados</b>	Tutores selecionados podem não atender aos critérios ou não estar preparados para as atividades.	Falha no processo seletivo, falta de critérios claros ou ausência de especialistas na seleção.	Dificuldade em promover a inclusão e o desenvolvimento dos tutorados, frustração dos tutorados e possível desistência do programa.	Estabelecer critérios claros de seleção e realizar entrevistas e avaliações detalhadas.	Reavaliar os tutores selecionados e oferecer capacitação complementar.
<b>Tutores despreparados para demandas específicas</b>	Tutores podem não estar preparados para lidar com as demandas específicas dos tutorados.	Formação insuficiente ou inadequada sobre inclusão, necessidades específicas e práticas pedagógicas.	Acompanhamento ineficaz e frustração tanto do tutor quanto do tutorado e possível desistência do programa.	Oferecer formação inicial e contínua sobre inclusão, TEA e outras deficiências.	Realizar treinamentos extraordinários e fornecer materiais de apoio aos tutores.
<b>Dificuldade na aplicação das estratégias de mediação</b>	Tutores podem não saber como aplicar as estratégias de mediação na prática.	Formação teórica excessiva e falta de simulações ou práticas durante o treinamento.	Dificuldade em lidar com situações reais durante a tutoria.	Incluir atividades práticas e simulações durante a formação dos tutores.	Oferecer suporte contínuo para os tutores durante a execução das atividades.

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Tutores desatualizados sobre práticas e tecnologias de inclusão</b>	Tutores podem não estar atualizados sobre novas práticas ou tecnologias de inclusão.	Formação desatualizada, falta de oportunidades de capacitação contínua e acesso a recursos atualizados.	Acompanhamento baseado em práticas obsoletas, frustração dos tutorados e redução da eficácia do programa.	Oferecer formações periódicas e atualizações sobre inclusão e tecnologias assistivas.	Realizar treinamentos extraordinários e disponibilizar materiais atualizados.
<b>Baixo engajamento dos tutores nas atividades de tutoria</b>	Tutores podem não se envolver adequadamente nas atividades de tutoria.	Falta de motivação, sobrecarga de tarefas, falta de formação específica ou clareza sobre as expectativas do programa.	Acompanhamento inadequado dos tutorados, prejudicando seu desenvolvimento e possível desistência do programa.	Realizar formação contínua e oferecer suporte emocional e técnico aos tutores.	Reavaliar a seleção de tutores, promover atividades de engajamento e reconhecimento, e ajustar a carga de atividades.
<b>Tutores extrapolam suas funções</b>	Tutores podem extrapolar suas funções, assumindo responsabilidades além das suas atribuições.	Falta de clareza nas expectativas do programa, formação insuficiente sobre as responsabilidades do tutor ou ausência de limites bem definidos.	Sobrecarga do tutor, desgaste emocional, ineficiência no acompanhamento dos tutorados e possível frustração dos tutorados.	Esclarecer as funções e limites do tutor desde o início, com orientações claras, formação específica.	Reavaliar o entendimento do papel do tutor, oferecer suporte emocional e técnico, e redefinir as expectativas, se necessário.
<b>Sobrecarga de tarefas dos tutores</b>	Tutores podem acumular muitas tarefas, prejudicando seu desempenho acadêmico e pessoal.	Falta de gerenciamento das horas dedicadas à tutoria, planejamento inadequado ou falta de organização das atividades.	Desgaste emocional, queda no rendimento acadêmico do tutor e possível desistência do programa.	Estabelecer uma rotina, monitorar o equilíbrio entre tutoria e estudos, e oferecer ferramentas de gestão de tempo.	Realizar acompanhamento, oferecer suporte emocional e técnico, e reavaliar a carga de trabalho dos tutores.
<b>Sobrecarga de emocional dos tutores</b>	Tutores podem se sentir sobrecarregados com as demandas do programa.	Falta de suporte institucional, número insuficiente de tutores ou distribuição inadequada de responsabilidades.	Desgaste dos tutores, redução da qualidade do apoio oferecido e frustração dos tutorados.	Definir limites claros de atuação, oferecer suporte psicológico e pedagógico, e estabelecer um sistema de rodízio de tutores.	Reorganizar a distribuição de tutorados, oferecer apoio adicional e reavaliar a carga de trabalho dos tutores.

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Dificuldade no estabelecimento do vínculo inicial entre tutor e tutorado</b>	Dificuldade no primeiro contato entre tutor e tutorado.	Falta de preparo do tutor ou incompatibilidade de personalidades.	Dificuldade em estabelecer vínculos e confiança, prejudicando a mediação.	Realizar treinamentos específicos para o primeiro contato e promover atividades de integração.	Mediar a relação e, se necessário, realocar o tutor ou tutorado para outra dupla.
<b>Compreensão equivocada do papel do tutor pelos tutorados</b>	Tutorados podem não entender o papel do tutor, confundindo com alguém que fará as tarefas por eles.	Falta de comunicação clara sobre as responsabilidades do tutor.	Dependência excessiva do tutorado em relação ao tutor.	Esclarecer as funções do tutor desde o início e reforçar a importância da autonomia.	Reorientar o tutorado sobre o papel do tutor e ajustar as expectativas.
<b>Incompatibilidade de entre tutor e tutorado</b>	Dificuldade de relacionamento ou falta de sintonia entre tutor e tutorado.	Diferenças de personalidade, estilos de comunicação ou expectativas divergentes.	Prejuízo no desenvolvimento do tutorado e desmotivação do tutor.	Realizar um processo de seleção que avalie a compatibilidade e entre tutor e tutorado.	Realocar o tutor ou tutorado para outra dupla, se necessário.
<b>Dificuldade de adaptação dos tutorados ao programa</b>	Tutorados podem ter dificuldade em se adaptar ao programa ou ao ambiente escolar.	Necessidades específicas não atendidas ou falta de suporte inicial.	Desistência do tutorado ou baixo aproveitamento do programa.	Realizar diagnóstico inicial das necessidades do tutorado e planejar ações personalizadas.	Ajustar as estratégias de apoio com base no feedback do tutorado e da equipe, e envolver os pais ou responsáveis no processo.
<b>Falta de interesse do tutorado</b>	Tutorados podem demonstrar falta de interesse ou engajamento nas atividades de tutoria.	Falta de motivação, atividades pouco atrativas, desalinhamento com as necessidades do tutorado ou falta de comunicação sobre os objetivos do programa.	Baixo aproveitamento do programa, frustração do tutor, desmotivação do tutorado e possível desistência do programa.	Planejar atividades alinhadas aos interesses e necessidades dos tutorados, promover a conscientização sobre os benefícios do programa e realizar dinâmicas de engajamento.	Dialogar com o tutorado para entender suas dificuldades, ajustar as atividades, oferecer suporte motivacional e, se necessário, realocar o tutorado para outra dupla.

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Dificuldade na socialização do tutorado</b>	Tutorados podem ter dificuldades em interagir com colegas e professores.	Características individuais do tutorado, como timidez ou dificuldades de comunicação, falta de oportunidades de socialização ou ambiente pouco acolhedor.	Isolamento social, prejuízo no desenvolvimento interpessoal e frustração do tutorado.	Estimular atividades em grupo, incentivar a interação gradual e criar um ambiente acolhedor e inclusivo.	Oferecer suporte psicológico, mediar situações de interação social e promover dinâmicas de integração.
<b>Dependência excessiva do tutorado em relação ao tutor</b>	Tutorados podem se tornar excessivamente dependentes do tutor, limitando sua autonomia.	Falta de estímulo à autonomia ou mediação inadequada.	Prejuízo no desenvolvimento da independência do tutorado.	Promover atividades que estimulem a autonomia e reduzir gradualmente a mediação.	Orientar o tutor sobre a importância de reduzir a dependência e ajustar as estratégias.
<b>Resistência dos estudantes em relação ao programa</b>	Os potenciais tutorados podem recusar o apoio por medo de estigmatização ou falta de entendimento.	Falta de conscientização sobre os benefícios do programa ou medo de exposição.	Exclusão do tutorado e perda de oportunidades de desenvolvimento acadêmico e social.	Realizar campanhas de conscientização sobre o programa e seus objetivos inclusivos.	Dialogar com o tutorado e sua família para esclarecer dúvidas e reduzir resistências.
<b>Falta de apoio psicológico para tutores e tutorados</b>	Tutores e tutorados podem enfrentar sobrecarga emocional ou estresse devido às demandas do programa.	Falta de suporte psicológico ou espaços para desabafo e orientação.	Desgaste emocional, redução da eficácia no apoio e possível desistência do programa.	Oferecer acompanhamento psicológico regular e espaços de escuta para os tutores e tutorados.	Acionar o setor de Psicologia do campus quando necessário.
<b>Falta de inclusão social efetiva</b>	Tutorados podem continuar excluídos socialmente, apesar do apoio acadêmico.	Falta de integração entre tutorados e demais estudantes ou preconceito no ambiente escolar.	Isolamento social, baixa autoestima do tutorado e conflitos no ambiente escolar.	Promover campanhas de sensibilização sobre inclusão e diversidade para todos os estudantes.	Criar espaços de diálogo e mediação para resolver conflitos, promover a convivência e fortalecer a inclusão social.

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Planejamento inadequado das atividades</b>	Atividades mal planejadas ou desalinhadas com as necessidades dos tutorados.	Falta de envolvimento dos atores no planejamento ou desconhecimento das necessidades do tutorado.	Ineficiência no acompanhamento e insatisfação dos tutorados e tutores.	Envolver tutores, tutorados, docentes e o Napne no planejamento das atividades.  Solicitar apoio da pedagogia.	Revisar e ajustar o planejamento com base nas necessidades identificadas.  Avaliar a atualização do regulamento da Tutoria de Pares, incluindo a previsão do apoio da pedagogia na etapa de planejamento.
<b>Atraso na elaboração do planejamento das atividades</b>	Demora na definição e elaboração do plano de atividades.	Falta de organização, sobrecarga de responsabilidades ou falta de priorização.	Atividades iniciadas sem direcionamento claro, prejudicando o acompanhamento.	Estabelecer prazos claros e responsabilidades definidas para o planejamento.	Acelerar o processo de planejamento.
<b>Falta de planejamento das atividades</b>	O planejamento das atividades de tutoria não é realizado ou é protelado.	Falta de disponibilidade dos professores orientadores, do Napne, bem como desorganização ou falta de gestão.	Prejuízo na condução e eficácia do programa, afetando o desenvolvimento dos alunos.	Estabelecer prazos e responsabilidades claras para o planejamento das atividades.	Realizar reuniões emergenciais para ajustar o planejamento e garantir sua execução.
<b>Falta de preparo dos professores para lidar com estudantes com necessidades específicas</b>	Professores não estão preparados para lidar com estudantes com necessidades específicas.	Falta de formação específica em educação inclusiva, recursos ou suporte institucional.	Dificuldade na inclusão efetiva de estudantes com necessidades específicas, frustração dos professores e dos estudantes, e possível desistência do programa.	Oferecer formações específicas em educação inclusiva para os docentes.	Criar um plano de capacitação contínua em parceria com o Napne e outras instituições, e oferecer suporte técnico e emocional aos professores.

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Baixo engajamento do corpo docente e coordenadores no programa</b>	Professores e coordenadores não compreendem a essência do programa ou não se engajam adequadamente.	Falta de clareza sobre o programa e nas expectativas ou mesmo desinteresse.	Dificuldade na implementação efetiva do programa, sobrecarga de trabalho para outros agentes e fragilização do programa.	Realizar formações e sensibilizações contínuas, promover reuniões de alinhamento.  Estabelecer ações de incentivo à participação.	Reforçar a comunicação e o apoio da Direção-Geral para engajar docentes e coordenadores; distribuir responsabilidades de forma equilibrada entre todos os agentes envolvidos.
<b>Baixo envolvimento da Comissão Local no programa</b>	A Comissão Local pode não se envolver ativamente no programa	Dificuldades de agenda, sobrecarga de funções, falta de clareza sobre suas responsabilidades.	Fragilização do planejamento, execução e monitoramento do programa, prejuízos no processo de seleção e impacto negativo no desempenho acadêmico dos estudantes.	Estabelecer agendas flexíveis para reuniões e criar um sistema de monitoramento constante.	Realizar reuniões periódicas com calendário predefinido, garantindo o alinhamento de expectativas e o reforço do engajamento.
<b>Falta de comunicação entre os atores</b>	Falta de alinhamento e comunicação entre os envolvidos no programa.	Falta de reuniões ou canais de comunicação eficazes.	Desorganização e dificuldade na execução das atividades.	Estabelecer canais de comunicação claros e realizar reuniões periódicas.	Reforçar a comunicação e promover integração entre os atores envolvidos.
<b>Falta de estruturação do AEE</b>	Atendimento Educacional Especializado (AEE) não está integrado ao programa.	Limitação de profissionais especializados e recursos adequados para o AEE.  Falta de conhecimento sobre como implementar e utilizar o AEE.  Ausência de diretrizes claras para a integração do AEE.	Dificuldade em atender às necessidades específicas dos estudantes.  Perda de potencial acadêmico e social.  Oportunidade perdida de fortalecer a inclusão e a diversidade.	Articular com outras instituições para entender as atribuições e práticas do AEE.  Avaliar a possibilidade de inclusão do AEE ao programa, garantindo respaldo legal e normativo.	Oferecer condições adequadas para as atividades do AEE.  Atualizar o regulamento do programa.  Implementar um plano de ação para integrar o AEE ao programa de forma estruturada.

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Falta de recursos orçamentários</b>	Insuficiência de recursos para pagamento de bolsas e aquisição de materiais.	Limitações orçamentárias ou má gestão dos recursos.	Dificuldade em expandir o programa e atender a todos os estudantes necessitados, bem como interrupção ou redução da qualidade do programa.	Buscar fontes alternativas de financiamento, aplicar esforços para garantir o orçamento específico para o programa, bem como planejar o uso dos recursos.	Implementar soluções criativas e de baixo custo para suprir as necessidades imediatas ou buscar fontes alternativas e priorizar gastos essenciais.
<b>Falta de recursos pedagógicos adequados</b>	Ausência de materiais ou tecnologias assistivas necessárias para o acompanhamento.	Limitação de recursos financeiros ou falta de planejamento.	Dificuldade no processo de aprendizagem e desenvolvimento do tutorado.	Planejar com antecedência a aquisição de recursos e buscar parcerias para suporte.	Buscar alternativas temporárias, como empréstimos de materiais ou uso de recursos online.
<b>Falta de local adequado para as atividades de tutoria</b>	Ausência de um espaço físico adequado para a realização das atividades de tutoria.	Limitação de infraestrutura no campus, má gestão dos espaços disponíveis ou falta de planejamento.	Dificuldade na execução das atividades, desconforto dos tutores e tutorados e redução da eficácia do programa.	Planejar com antecedência a reserva de espaços adequados.	Realocar as atividades para espaços alternativos, otimizar o uso dos locais disponíveis e buscar soluções criativas, como divisão de horários ou uso de salas compartilhadas.
<b>Falta de monitoramento das duplas</b>	Acompanhamento insuficiente das duplas de tutores e tutorados.	Falta de estrutura ou recursos para monitoramento contínuo, sobrecarga da equipe, maior engajamento em outras atividades ou falta de priorização.	Dificuldade em identificar problemas e implementar melhorias no programa.	Realizar avaliações regulares.	Realizar reuniões periódicas para analisar relatórios, ajustar práticas e redistribuir responsabilidades para reduzir a sobrecarga.

Risco	Descrição do Risco	Possível Causa	Consequência	Ação preventiva	Ação corretiva
<b>Falta de monitoramento do programa</b>	Falhas no acompanhamento do Programa Tutoria de Pares.	Ausência da Comissão de Tutoria Sistemática e falta de utilização plena dos relatórios de avaliação e acompanhamento.	Dificuldade em identificar problemas e implementar melhorias no programa.	Criar a Comissão de Tutoria Sistemática e utilizar relatórios para monitoramento contínuo.	Realizar avaliações periódicas e ajustar o programa com base nos resultados.
<b>Desarticulação das práticas de tutoria com os documentos institucionais sobre inclusão</b>	As práticas de tutoria podem não estar alinhadas com as diretrizes e políticas institucionais de inclusão.	Falta de integração entre a Comissão Local de Tutoria, setores e demais agentes.  Ausência de revisão periódica dos documentos e práticas.	Fragilização da inclusão efetiva e desperdício de recursos e esforços.	Realizar reuniões para alinhar as práticas de tutoria com os documentos institucionais.	Revisar e ajustar as práticas de tutoria para alinhá-las aos documentos institucionais.  Promover ações de atualização sobre inclusão para tutores e docentes.
<b>Atrasos no cumprimento de prazos e metas</b>	Etapas do programa podem não ser executadas dentro dos prazos estabelecidos.	Falta de planejamento ou de acompanhamento das atividades.	Comprometimento da eficácia do programa e insatisfação dos participantes.	Estabelecer cronogramas claros e monitorar o progresso das atividades.	Reorganizar as atividades e alocar recursos para cumprir prazos e metas.
<b>Dificuldades na ampliação ou expansão do programa</b>	A expansão do programa de tutoria de pares para atender a um número maior de estudantes ou a novos campi pode gerar desafios operacionais.	Planejamento insuficiente para a escala ampliada do programa.  Recursos financeiros, humanos ou materiais inadequados para suportar a expansão.	A qualidade do programa pode ser comprometida devido à falta de estrutura para a expansão.  Sobrecarga dos tutores e da equipe gestora, levando a possíveis falhas no atendimento aos estudantes.	Realizar um diagnóstico detalhado das necessidades e recursos (materiais, humanos e financeiros) disponíveis antes da expansão.  Desenvolver um plano de expansão gradual.	Reavaliar o plano de expansão e ajustar as metas conforme a capacidade institucional.  Buscar fontes alternativas de recursos para suprir as necessidades do programa.

Fonte: os autores.

---

O Quadro 2 apresenta uma análise sugestiva dos riscos associados ao Programa de Tutoria de Pares. No entanto, é importante ressaltar que essa análise está sujeita a modificações e deve ser aprimorada conforme a evolução do programa e eventuais particularidades relacionadas ao *Campus Recife*.

Assim, cabe à gestão realizar uma avaliação detalhada dos riscos, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto de cada um, para então decidir como lidar com eles. Tal decisão pode incluir a adoção de medidas preventivas, a implementação de controles corretivos ou até mesmo a aceitação de certos riscos, dependendo da viabilidade e do custo-benefício das ações propostas. Para suporte a essas atividades, a gestão pode contar com o apoio da Controladoria do IFPE, responsável por exercer as competências do Núcleo de Gestão de Riscos (IFPE, 2019).

A gestão de riscos, como ferramenta de priorização e tomada de decisão, pode ser essencial para garantir o cumprimento dos objetivos e o aprimoramento contínuo de programas educacionais, por exemplo. No contexto das atividades de tutoria, considerando os elementos da pesquisa, a aplicação da gestão de riscos e eventuais limitações da gestão, julgou-se que **quatro aspectos se destacam como prioritários e que merecem mais atenção:**

- o planejamento das atividades de tutoria;
- o engajamento do corpo docente e das coordenações de curso;
- as ações de monitoramento do programa no *campus*; e
- a questão dos recursos orçamentários para execução e eventual expansão do programa.

Acrescenta-se que, considerando a possibilidade e o interesse de expansão do programa, seja no *campus* ou no âmbito do IFPE, **tornam-se prioritárias as ações relacionadas à sua ampliação, visando avaliar a capacidade operacional da instituição para garantir a viabilidade e a estabilidade do processo.** Por fim, quanto ao acompanhamento sistêmico do programa, é imprescindível que a Comissão de Tutoria Sistêmica seja previamente designada pela autoridade máxima do IFPE.

---

## 5. Recomendações

As recomendações elencadas a seguir são de caráter sugestivo, ou seja, sua implementação é facultativa. Além disso, estão direcionadas à presidência da Comissão Local de Tutoria de Pares do *Campus* Recife. O objetivo é fortalecer a gestão do programa, promovendo maior eficiência, transparência e aprimoramento contínuo em todas as suas etapas. Para isso, seguem as recomendações:

1. Revisar este relatório para fins de aprimoramento, garantindo sua eficácia e alinhamento às necessidades do programa.
2. Avaliar e priorizar as ações com base nos riscos identificados, assegurando a implementação ágil e eficiente das iniciativas consideradas mais críticas.
3. Incluir as ações no sistema institucional de planejamento, garantindo o registro e o acompanhamento adequado de todas as etapas do processo.
4. Articular com a Controladoria do IFPE para solicitar apoio especializado na gestão de riscos e no monitoramento das ações.
5. Articular com a Direção-Geral do *Campus* Recife a possibilidade de alocação de um orçamento específico para o programa, garantindo os recursos necessários para sua execução e eventual expansão.
6. Dar conhecimento deste relatório ao Diretor-Geral do *Campus* Recife e ao Reitor do IFPE, visando alinhar as ações e obter o apoio necessário dessas instâncias.
7. Dar conhecimento deste relatório à Auditoria Interna do IFPE para eventuais ações de acompanhamento.

---

## Considerações Finais

Este Relatório buscou realizar uma análise de gestão de riscos do Programa de Tutoria de Pares do IFPE, utilizando como base os documentos institucionais que respaldam essa ferramenta, como a Política de Gestão de Riscos do IFPE (Resolução Consup nº 57/2018) e o Plano de Gestão de Riscos (Resolução CGRC/IFPE nº 11/2024), além de seguir as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU). A análise identificou os riscos, suas causas, consequências e potenciais controles, incorporando também os achados da pesquisa para dar respaldo a todo processo.

O programa é uma iniciativa importante para promover a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No entanto, foram identificados alguns desafios que podem comprometer o alcance de seus objetivos. Dentre esses desafios, quatro merecem maior atenção. O primeiro está relacionado ao planejamento das atividades de tutoria. O segundo se refere ao engajamento do corpo docente e das coordenações de curso. O terceiro diz respeito às ações de monitoramento do programa no *campus*. O último está associado à disponibilidade de recursos orçamentários. Além disso, foi destacado que as eventuais ações de expansão do programa também demandam atenção especial.

Nota-se que este relatório não deixou de opinar sobre o que poderia ser priorizado, mas cabe à gestão refletir sobre esses apontamentos, além de integrar a gestão de riscos às atividades cotidianas, adotando um comportamento proativo e alinhado aos objetivos institucionais. Por fim, o presente relatório reforça a importância do Programa Tutoria de Pares como uma iniciativa essencial para a inclusão educacional e destaca a necessidade de aprimoramentos contínuos. Espera-se que as recomendações propostas contribuam para o fortalecimento do programa e a consolidação de uma cultura institucional, ainda mais, inclusiva no IFPE.

---

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10719**: informação e documentação: Relatório técnico e/ou científico: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Orientação Prática**: Relatório de Auditoria. Brasília, DF: Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), 2019c. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/orientacao-pratica-relatorio-de-auditoria-2019.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Grupo de trabalho Produção Técnica**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) 2019b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de gestão de riscos do TCU**. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), 2020. 46 p. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/46/B3/C6/F4/97D647109EB62737F18818A8/Manual\\_gestao\\_riscos\\_TCU\\_2\\_edicao.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/46/B3/C6/F4/97D647109EB62737F18818A8/Manual_gestao_riscos_TCU_2_edicao.pdf). Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 07 mar. 2025.

CAVALCANTE, J. B. da S. **A tutoria inclusiva na trajetória acadêmica de discentes da UFRN: desafios e contribuições**. 2022. 156 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50929>. Acesso em: 18 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Edital CREC/IFPE Nº 02, de 29 de março de 2023**. Torna pública a Seleção de Tutores de Pares Bolsistas e Voluntários, no âmbito do Programa de Tutoria de Pares, para acompanhar estudantes vinculados ao Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (Napne) ou instâncias equivalentes. Recife: IFPE - Campus Recife, 2023. 7 p.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Instrução Normativa REIFPE/IFPE nº 7, de 23 de agosto de 2022**. Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Tutoria de Pares estabelecido pela Resolução nº 133 de 30 de junho de 2022, do Conselho Superior do IFPE. Recife: IFPE, 2022a. 11 p.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução CGRC nº 11, de 19 de dezembro de 2024**. Aprova o Plano de Gestão de Riscos do IFPE. Recife: IFPE, 2024. 31 p.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução Consup nº 50, de 10 de julho de 2019**. Aprova o Regimento da Controladoria do IFPE. Recife: IFPE, 2019. 8 p.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução Consup nº 57, de 30 de novembro de 2018**. Institui a Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Recife: IFPE, 2018. 12 p.

---

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução Consup nº 133, de 30 de junho de 2022.** Aprova a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE. Recife: IFPE, 2022c. 37 p.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução Consup nº 137, de 29 de julho de 2022.** Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 do IFPE. Recife: IFPE, 2022b. 234 p.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução Consup nº 216, de 10 de novembro de 2023.** Altera, ad referendum, a Resolução nº 50 de 10 de julho de 2019 e aprova a transformação da Diretoria de Controladoria em Coordenação de Controladoria, pertencente à estrutura da Reitoria desta Instituição Federal de Educação. Recife: IFPE, 2023. 9 p.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Resolução Consup nº 225, de 20 de dezembro de 2023.** Homologa a Resolução Consup/IFPE no 216, de 10 de novembro de 2023, a qual aprovou ad referendum, a alteração da Resolução nº 50 de 10 de julho de 2019 e a transformação da Diretoria da Controladoria em Coordenação da Controladoria [...]. Recife: IFPE, 2023. 9 p.

MARINS, K. H. C. de. **Benefícios e desafios da tutoria por pares para aluno com deficiência intelectual.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12395>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MARINS, K. H. C. de; LOURENÇO, G. F. Avaliação de um programa de tutoria por pares na perspectiva da educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v51/1980-5314-cp-51-e07218.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MELO, B. S. da S. C. **Formação inicial na perspectiva da acessibilidade: a tutoria entre pares na educação superior.** 2021. 172 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2021. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=11119349](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11119349). Acesso em: 18 abr. 2024.

RAMOS, F. dos S. **Transtorno Do Espectro Autista E Intervenção Mediada Por Pares: Aprendizagem No Contexto De Inclusão.** 2019. 250 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7651167](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7651167). Acesso em: 18 abr. 2024.

SANTOS, T. B. dos. **Efeito da Tutoria por Pares na participação de um estudante com deficiência física nas aulas de Educação Física.** 2018. 127 p. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6325447](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6325447). Acesso em: 18 abr. 2024.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** MICHAEL C. et al. (org.). Tradução: NETO, J. C.; BARRETO, L. S. M.; AFECHE, S. C. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.